

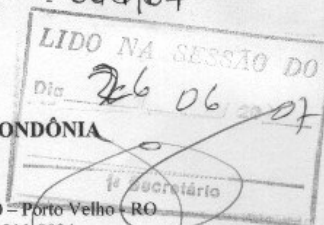


AO EXPEDIENTE
Em 25 JUN 2007

Presidente
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Gabinete da Presidência

Av. Presidente Dutra, 4229 - Pedrinhas - CEP 78903-900 - Porto Velho - RO
Fone (0xx69) 3211-9037/9128 - Fax (0xx69) 3211-9034
Presidência@tce.ro.gov.br



OFÍCIO Nº 177 /GP

Porto Velho,

21 JUN 2007

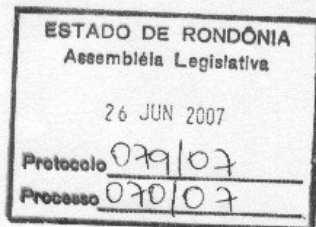
A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual NEODI CARLOS FRANCISCO DE OLIVEIRA
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

NESTA

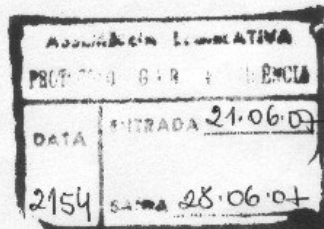
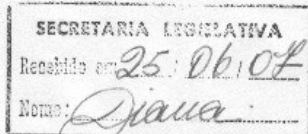
Assunto: Encaminha Projeto de Lei que cria o auxílio-alimentação para os Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia

Senhor Presidente,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Projeto de Lei que cria o auxílio-alimentação para os Servidores deste Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.
2. Certo de que esta proposição terá por parte desse Poder Legislativo a atenção que sempre foi dispensada a esta Corte de Contas, apresento a Vossa Excelência e demais Pares votos de consideração.



JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO
Conselheiro Presidente





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA



MENSAGEM

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA.**

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que institui o auxílio-alimentação para os Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Senhor Presidente, ao conceder o referido auxílio aos Servidores desta Corte de Contas o faço com o objetivo de subsidiar as despesas com a sua refeição, lembrando ainda, que tal verba será feita em pecúnia e terá o caráter indenizatório, tendo o seu valor inicial previsto para R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Considerando, ainda, que o projeto de lei em apreço, visa dar tratamento isonômico com os Servidores do Poder Judiciário e Ministério Público, como se pode atestar por intermédio das Leis nº 770, de 31.12.1997, e nº 280, de 30.04.1990, respectivamente.

Esclareço, ainda, que o auxílio-alimentação também é concedido aos Servidores da União, como podemos constatar através da Lei nº 8.460 de 17.09.1992.

Excelência, importante frisar que o auxílio-alimentação não será incorporado ao vencimento, remuneração, provento ou pensão nem mesmo configurado como rendimento tributável e não sofrerá incidência de contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor, com prevê o art. 3º do dito projeto de lei.

Informo, por oportuno, que o Projeto em foco guarda conformidade com a Constituição Estadual vigente, em especial no tocante às disposições do art. 50 da referida Constituição, e conta com a devida dotação orçamentária.

Pelo exposto, solicito especial atenção de Vossa Excelência e demais Pares quanto aos encaminhamentos necessários à apreciação do Projeto de Lei em referência nessa Augusta Assembléia Legislativa, renovando os meus protestos de consideração e respeito.

Porto Velho, 19 de junho de 2007.

JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE MELLO

Conselheiro Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

Institui o Auxílio-Alimentação para os Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia poderá conceder auxílio-alimentação mensal aos servidores ativos, mediante Resolução do Tribunal Pleno.

Art. 2º A concessão do auxílio-alimentação será feita em pecúnia e terá caráter indenizatório.

Art. 3º O auxílio-alimentação não será:

I - incorporado ao vencimento, remuneração, provento ou pensão;

II - configurado como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor;

Art. 4º O auxílio-alimentação será devido durante os afastamentos legais, sendo descontado nas ausências não justificadas e nos afastamentos que ensejem a concessão de diárias.

§1º Considerar-se-á para o desconto do auxílio-alimentação, por dia não trabalhado, bem como nos afastamentos que ensejem a concessão de diárias, a proporcionalidade de 22 dias.

§ 2º Para os efeitos deste artigo, considera-se como dia trabalhado a participação do servidor em programa de treinamento regularmente instituído, conferências, congressos, treinamentos, ou outros eventos similares, sem deslocamento da sede.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2007.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em de de 2007.

IVO NARCISO CASSOL

Governador do Estado de Rondônia